



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Brejo Santo

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO N°. PE-07.01.1/2020-DIVERSAS.

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Quanto à adoção da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tem-se que é modalidade de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, assim entendidos aqueles "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais do mercado", conforme preceitua o art. 1º, parágrafo único da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de Julho de 2002 c/c o art. 2º, § 1º da Lei do mesmo diploma legal, regulamentado pelo Decreto Federal n°. 10.024, de 20/09/2019 e, ainda, observado as normas da Lei Federal n°. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

2 - DO INTERESSADO

2.1 - Prefeitura Municipal de Brejo Santo-Ce, por intermédio das diversas unidades administrativas (Secretarias) deste Município.

3 - DO OBJETO

3.1 - Aquisição de material de consumo do tipo alvejante, desinfetante, álcool em gel 70% e álcool etílico 70%, para utilização no combate e enfrentamento da disseminação da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), conforme especificações constantes no presente termo de referência.

4 - DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTE

Embora a regra geral seja a divisão do objeto em itens, por proporcionar o aumento da competitividade na disputa, admite-se que essa divisão seja feita também por lotes (que serão compostos de vários itens), desde que haja justificativa robusta para tal providência, além de ser imprescindível que o agrupamento dos itens de cada lote seja feito com cautela e em plena consonância com a prática de mercado, de modo a assegurar ampla competitividade ao certame.

Importante salientar que, quando a Administração pretende adquirir produtos ou serviços que no seu contexto geral são da mesma natureza, poderá gerar ao licitante ganhador, uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global, além de garantir o cumprimento do cronograma de entrega ou de prestação de serviços propostos no edital, pois caso os itens fossem divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles, comprometeria todo o planejamento da Administração, prejudicando assim a devida continuidade dos serviços públicos em geral.

Sobre o tema, vale citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

PREGÃO ELETRÔNICO N°. PE-07.01.1/2020-DIVERSAS - Edital - Página 22 de 44



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Brejo Santo

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

A própria Lei Federal n.º 8.666/93 garante a possibilidade de utilizar o menor valor global como critério, nos seguintes termos:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

[...]

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; **(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)**

Além da lei geral de licitações e contratos, temos ainda o Decreto Federal nº 7.892/2013, o qual Regulamenta o Sistema de Registro de Preços, que também dispõe em seu art. 8º da possibilidade da licitação ser feita pelo tipo Menor Preço Por Lote, *in verbis*:

Art. 8º. O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Ora, a lei não obriga a Administração Pública obrigatoriamente a adotar nos seus certames licitatórios, o tipo menor preço por item,



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE-07.01.1/2020-DIVERSAS - Edital - Página 23 de 44

PREFEITURA DE
Brejo Santo
Cidade da nossa gente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

Rua Manoel Inácio Bezerra, nº. 192, Centro, Brejo Santo, Ceará
CNPJ - 07.620.701/0001-72 - ☎ (88) 3531-1042

Rubrica do Pregoeiro:



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Brejo Santo

pois devidamente justificado no caso concreto, é plenamente possível e legal o critério de julgamento por lote.

Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

" ... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto". (Acórdão nº 732/2008)

Outro julgado recente, o Tribunal de Contas da União decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único lote, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 - TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Assim, desde que respeitando o princípio da ampla concorrência nos certames licitatórios, é que, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, pode a mesma optar por adotar um critério de julgamento e divisão do objeto da licitação em lotes, desde que, repise-se, referida divisão em lotes se adequa às devidas necessidades e eficiência administrativas devidamente justificadas pela autoridade administrativa.

Aos defensores da tese de que a divisão do objeto da licitação em itens é obrigatória, deve levar em conta que é extremamente estreita a relação entre economicidade, legalidade e eficiência que rege a Administração Pública, pois não basta, apenas, a melhor proposta, mas esta tem que ser atingida, também, de forma prevista legalmente e de maneira eficiente na gestão dos recursos, tendo em vista o binômio custo benefício.

Pelo exposto, podemos assim concluir que:

- A divisão em lotes segmentados por características semelhantes e comuns ao mercado, serve como estratégia competitiva na concorrência de preços, uma vez que permite aos fornecedores especializados em uma linha de produtos, poderem oferecer maiores descontos na composição do preço de um lote.
- E ainda, que lotes formulados de forma correta e eficiente, favorecem o sucesso da licitação, diminuindo o tempo da fase de lances e aumentando a flexibilidade da formação de preços pelas empresas participantes.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE-07.01.1/2020-DIVERSAS - Edital - Página 24 de 44

PREFEITURA DE
Brejo Santo
Cuidando da nossa gente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

Rua Manoel Inácio Bezerra, nº. 192, Centro, Brejo Santo, Ceará
CNPJ - 07.620.701/0001-72 - ☎ (88) 3531-1042

Rubrica do Pregoeiro: 



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Brejo Santo

5 - DO AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTE

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE SAUDE	QUANTIDADE STDS			QUANTIDADE TOTAL
				CRAS	CREAS	ABRIGO	
01	ALVEJANTE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 8% EMBALAGEM DE 5 LITROS	GALÃO	1.000	0	0	0	1.000
02	DESINFETANTE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO (PRINCIPIO ATIVO CLORETO DE BENZALCÔNIO) EMBALAGEM DE 5 LITROS	GALÃO	200	0	0	0	200
03	ALCOOL EM GEL 70% EMBALAGEM DE 5 LITROS	GALÃO	800	200	50	50	1.100
04	ALCOOL ETÍLICO 70% EMBALAGEM DE 5 LITROS	GALÃO	200	20	10	10	240

